

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.329 - SP (2019/0138383-8)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
EMBARGANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : DANIELA VALIM DA SILVEIRA E OUTRO(S) - SP186166
EMBARGADO : SONIA REGINA BOSCO
ADVOGADOS : OTTO CARLOS VIEIRA RITTER VON ADAMEK - SP010906
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK - SP139152
LUIZ FELIPE DAL SECCO - SP155062
RENATO MORDJIKIAN - SP170617

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração oposto contra decisão de fls. 1.608-1.615/e-STJ, na qual se determinou o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que aquela Corte, reformando sua decisão primígena, proferisse nova decisão, levando-se em consideração a orientação do STJ sobre o tema.

A parte recorrente sustenta que o *decisum* vergastado é contraditório, uma vez que a parte ora embargada não requereu, em Recurso Especial, a anulação da decisão proferida pelo Tribunal *a quo*, mas tão somente sua reforma, havendo julgamento *extra petita*.

Houve impugnação.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 18.11.2019.

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar, uma vez que ausentes os vícios listados no art. 1.022 do CPC.

Inicialmente, insta ressaltar que a devolução dos autos ao Tribunal de origem decorre justamente da necessidade de **reforma** do acórdão *a quo*, levando-se em consideração que o entendimento daquele sodalício não está em consonância com a orientação do STJ, não havendo contradição, obscuridade ou omissão no *decisum* vergastado, não se cogitando, por conseguinte, em julgamento *extra petita*.

Outrossim, estranhamente a parte embargante suscita ofensa ao art. 1.022 do CPC, alegando que em Recurso Especial o particular não requereu a anulação do acórdão vergastado quando, *prima facie*, verifica-se à fl. 1.564/e-STJ que houve, sim, pedido sucessivo de **anulação** do acórdão recorrido.

A propósito, leia-se:

(...)

26º) Isto posto, positivada a ofensa legal, a Recorrente pede e espera que, conhecido e provido, o V. Acórdão recorrido seja reformado. Para que, aplicando o direito à espécie (e julgando então a causa em sua inteireza (RISTJ, art. 255, § 5º), a Turma Julgadora aprecie os elementos e restabeleça o valor da pensão mensal vitalícia fixada em sentença,

Superior Tribunal de Justiça

correspondente ao valor do trabalho para o qual a Recorrente se inabilitou, como prescreve o art. 950 do Código Civil, ou sucessivamente anule as decisões e determine nova perícia, se assim se entender necessário.

(...)

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração, com a advertência de que reiterá-los será considerado expediente protelatório sujeito a multa prevista no Código de Processo Civil.**

É como **voto.**

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator